

# **A HISTÓRIA DO SINDICATO DOS PROFESSORES DE OSASCO E REGIÃO (SINPROSASCO-1985-1992)**

Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira  
Professora de educação básica – Secretaria da Educação/SP  
E-mail: neybandeira2000@yahoo.com.br

Carlos Bauer  
Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho  
– PPGE/ Uninove.  
E-mail : [carlosbauer@uninove.br](mailto:carlosbauer@uninove.br)

**RESUMO:** Este artigo faz parte da pesquisa de mestrado em que se analisou em uma perspectiva histórica a atuação de uma das principais entidades sindicais paulistas no âmbito do ensino privado de trabalhadores em educação, o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), em um momento histórico considerado como divisor de águas no ordenamento político nacional. A pesquisa preconizou resgatar alguns aspectos do (SINPROSASCO) valendo-se de fontes primárias orais e bibliográficas pertinentes à temática estudada ao passo que, fotografias, atas, panfletos, jornais e demais documentos impressos sindicais são escassos. O período escolhido foi o de 1985 o da gênese do Sindicato chegando ao ano de 1992. Escolhemos esse período por ser uma década considerada como divisor de águas no ordenamento político nacional, no qual se verificou na esfera política e social, o esgotamento da ditadura civil-militar, o processo de transição democrática e a reforma constitucional, e, no que tange ao campo da educação, essa época assistiu a expansão do ensino privado no país. Também houve uma intenção de promover o debate acadêmico sobre o associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação do ensino privado, mostrando suas atuações por meio dos sindicatos representativos dessa categoria e, dessa maneira, trazer à visibilidade personagens da história da educação brasileira e osasquense com suas trajetórias educacionais e políticas no âmbito do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação do ensino privado.

**Palavras-chave:** Educação, história da educação, política, sindicalismo docente, Sinpro-Osasco.

## **1.INTRODUÇÃO**

A referida pesquisa<sup>1</sup> integra o que temos chamado de história social da educação e tem como objetivo a reconstrução da memória associativista, sindical e política do

---

<sup>1</sup>Pesquisa de Mestrado intitulada: História, embates políticos, sindicais e organizativos dos professores das instituições do ensino privado de Osasco e região (SINPROSASCO) (1985-1992). Defendida em março de 2017- Uninove – São Paulo/Brasil.

movimento docente da educação. Para tanto, escolhemos como objeto de nossos estudos o Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO).

O sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores em educação vêm se tornando um objeto de estudo e pesquisa cada vez mais recorrente em diferentes áreas do conhecimento, porém, os esforços organizativos de professores e funcionários da esfera da educação que atuam no setor privado são pouquíssimos analisados. Para alguns pesquisadores do associativismo e sindicalismo dos trabalhadores em educação é muito importante compreender as origens e as transformações que se deram ao longo do tempo no interior dessas entidades. Tais preocupações, têm por finalidade, entre outras coisas, trazer à tona os embates e percalços desses personagens coletivos como parte da história social da educação brasileira.

Como resultado desse esforço, foi fundada em 2008 a Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE), uma articulação de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que tem em comum a preocupação em compreender e estudar criticamente essa temática. A esta finalidade, de promover e ampliar a pesquisa preocupada com a temática do associativismo e do sindicalismo dos trabalhadores em educação, soma-se o objetivo político de fornecer subsídios que possam contribuir com o fortalecimento das lutas de todos aqueles que atuam no mundo do trabalho educacional.

A metodologia escolhida para a realização desta pesquisa foi dentre muitos caminhos, primeiramente a bibliográfica, como meio de encontrar informações sobre o sindicalismo e associativismo docente, pesquisas documentais em acervos e bancos de dados que pudessem nos favorecer com documentos do período estudado e assim, fazermos um estudo sobre a fundação e atuação do SINPROSASCO nos anos de 1985 a 1992. Posteriormente lançamos mão de quatro entrevistas semiestruturadas com os fundadores do Sindicato, são elas; Marcos Müller (Ex dirigente do SINPROSASCO), Maria José Favarão (Fundadora e primeira presidente do SINPROSASCO), Rubens Aparecido dos Santos (Ex dirigente do SINPROSASCO) e Onassis da Silva Xavier (Presidente do SINPROSASCO), essas entrevistas nos possibilitou conhecer as necessidades de criação do Sinpro e as atuações da entidade além de elementos políticos, sociais, econômicos e culturais deste momento da história.

O método que escolhemos nos pareceu o mais apropriado, uma vez que um de nossos objetivos é preservar a memória do sindicalismo dos trabalhadores em educação, mostrando esses atores sociais como sujeitos construtores de suas próprias histórias,

com suas formas de atuações, apresentando a gênese do Sinpro em meados de 1985 e o seu percurso de atuação até os idos de 1992, abordando as mudanças desse momento na história política, social e econômica do Brasil. Objetivamos ainda, mostrar por um olhar dos entrevistados e fundadores da entidade a necessidade de criação deste sindicato, que ocorreu entre o período de transição democrática, o fim da ditadura militar e a reforma da constituição brasileira, dessa maneira as entrevistas realizadas por nós é parte importante que consideramos dentre as demais informações, como essencial para a construção da memória associativista do Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO).

## **2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NO BRASIL**

O sindicalismo dos trabalhadores em educação tem apresentado características políticas e organizativas distintas, não apenas variando os resultados dos estudos realizados, mas também as abordagens conceituais e as referências teóricas e metodológicas que animam os interessados em sua discussão. Desta sorte, temos encontrando desde pesquisas que se preocupam com as questões de gênero, representações sociais, posicionamentos ideológicos, políticos ou, ainda, a presença desses personagens coletivos na defesa dos interesses corporativos dos que vivem do próprio trabalho no mundo da educação.

Na nossa pesquisa, estabelecemos um paralelo entre as preocupações com a organização e o associativismo, o sindicalismo e a atuação política dos trabalhadores em educação com o conjunto do movimento dos trabalhadores que atuam organizadamente na contemporaneidade do Brasil.

Muito do que conhecemos sobre a gênese dos movimentos associativistas e sindicais, registradas na história social do Brasil estão associadas às influências das experiências europeias que foram trazidas pelos trabalhadores estrangeiros, que para cá afluíram nos fins do século XIX. Esses imigrantes muitas vezes traziam consigo não apenas a qualificação para o trabalho industrial ou mesmo experiências em diferentes ramos manufatureiros, mas também, os acompanhavam os ideais políticos e sociais, dentre esses merecem destaque, o anarquismo e o anarco-sindicalismo, que tiveram grande importância na infância organizativa dos trabalhadores no Brasil.

A organização associativista, sindical e política dos trabalhadores tomou forte impulso e alcançou proporções mundiais com o advento da revolução Russa, que influenciou o conjunto dos movimentos operários contra a exploração perpetrada pelo capitalismo em escala internacional. No Brasil os ventos da Revolução de Outubro influenciaram, em 1922, a formação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que haveria de marcar de forma significativa a sua presença na história do movimento operário em nosso país.

Para alguns autores, como é o caso de Antunes (2007), com a chegada de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930, o Brasil experimentou um forte e acelerado surto de urbanização e industrialização. Nesse momento foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930 por meio do Decreto nº 19.433 e uma série de medidas legislativas que visavam não apenas o controle de suas finanças.

Com o uso de prerrogativas políticas e jurídicas o governo Vargas ambicionava controlar regidamente o comportamento das atividades sindicais e os movimentos reivindicativos da classe trabalhadora, procurando desestruturar ou mesmo inibir quaisquer perspectivas de sua atuação independente e autônoma. Porém, isso não impediu que as lutas operárias se desenvolvessem ao longo dos anos em que Getúlio Vargas se manteve no poder.

Mesmo com esse impedimento de ordem legal, diversas entidades representativas dos trabalhadores da educação que atuam no setor público procuram se organizar em praticamente todas as regiões, criando associações, realizando campanhas salariais, oportunizando encontros e congressos que trouxeram um sem número de conquistas econômicas, direitos trabalhistas e outros benefícios para todos aqueles que atuam no âmbito da educação pública no Brasil.

Em 1991 no Estado de Minas Gerais encontramos a Fundação Associação dos Professores Primários do Estado de Minas Gerais, uma entidade pioneira no caráter associativista e que esteve muito presente na origem dos movimentos sindicais docentes no Brasil. Nesta linhagem, também localizamos a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo fundada no ano de 1945.

O sindicalismo e o associativismo dos trabalhadores em educação desde as suas primeiras associações, vêm se tornando um objeto de estudo e pesquisa cada vez mais recorrente em diferentes áreas do conhecimento, porém, os esforços organizativos de

professores e funcionários da esfera da educação que atuam no setor privado são pouquíssimos analisados.

O artigo “Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação” ressalta que é:

[...] gritante a ausência de pesquisas empíricas sobre sindicalismo em geral e sobre sindicalismo no setor da educação, orientadas por hipóteses solidamente fundamentadas em pressupostos teóricos. Os estudos empíricos permitem desenvolver conceituações e teorias calcadas na realidade específica da periferia, observando, a partir dela, a totalidade do sistema global (DAL ROSSO, 2011, p. 27).

Por sua vez, a tese de Kênia Aparecida Miranda, “As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo a ruptura com a CUT (2011)”, traz no seu bojo alguns aspectos sobre os elementos que dificultam os estudos em sindicalismo e associativismo. A autora constata uma fragmentação desses estudos e as dificuldades do pesquisador em formar um arcabouço teórico sobre essa temática.

Também identificamos essa escassez quando analisamos os dados qualitativos nos estudos de Almeida e Ferreira Jr., “As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? (2015)”, nos quais os autores trazem alguns aspectos que marcaram a abordagem nacional sobre esses estudos, ora com presença associativista, ora sindicalistas, e afirmam:

Uma incursão pela produção acadêmica sobre o movimento dos professores das escolas públicas indica que sua trajetória, até o momento, é marcada por duas faces, a saber, o associativismo e o sindicalismo. A primeira corresponderia o período que abrange a metade do século XIX a meados da década de 1970, fase que engloba a criação das associações docentes, mas também o surgimento dos primeiros sindicatos dos professores ligados às instituições particulares de ensino, nos moldes da estrutura sindical instituída na era Vargas (1930-1945). A fase do sindicalismo, por sua vez, refere-se ao momento de eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, em diversos estados brasileiros, sob a influência do Novo Sindicalismo que, dentre outros aspectos representou a consternação da estrutura sindical montada na era Vargas (ALMEIDA & FERREIRA JUNIOR, 2015, p. 78).

### **3. SINDICALISMO E EDUCAÇÃO NO BRASIL NA DÉCADA DE 1990**

Os primórdios da década de 1990 registraram uma série de acontecimentos que tumultuaram a cotidianidade da sociedade brasileira, inclusive trazendo fortes impactos pela sua reorganização no movimento sindical. Com a vitória de Fernando Collor de

Mello em acirrada e polêmica disputa com Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, o país assistiu à incorporação de uma série de ajustes econômicos e financeiros que, se materializaram de forma muito nítida em uma desenfreada abertura comercial e uma política de privatizações do patrimônio público. Todos esses acontecimentos geraram grandes crises em diversos setores e, para aqueles que estão inseridos no mundo do trabalho esse período foi marcado pela perda dos direitos e seguridade social e trabalhista.

Em sua obra “Adeus ao trabalho?” Ricardo Antunes faz uma análise desse momento histórico destacando a década de 1990 para a virada para os países emergentes dotados de uma industrialização significativa, dentre eles, o Brasil e México. Para Antunes a crise sindical que abarcou essa década, em primeiro lugar está pautada em uma crescente individualização das relações de trabalho que provoca, relações cada vez mais individualizada e nefasta. Em segundo lugar, uma fortíssima corrente que visava flexibilizar ao máximo o mercado de trabalho, que atinge duramente as conquistas históricas do movimento sindical e que, até o momento tem encontrado dificuldades de impedir tais transformações. Em terceiro lugar vamos encontrar o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que, optaram pelo sindicalismo de participação, causando assim, um desemprego estrutural que ameaçam os próprios sindicatos, o que obriga os sindicatos nos anos de 1990, inovarem as formas de lutas, deflagrando várias greves nos anos 90, reivindicando principalmente, redução da jornada de trabalho, melhores salários e direitos sociais (ANTUNES, 2002, p. 72).

Este período foi um marco na política brasileira. O ano de 1992, iniciou-se com a greve dos trabalhadores portuários, que tinha como ponto central a votação do projeto nomeado de modernização dos portos, que seria votado pelos deputados. Neste período os sindicatos conseguem parar mais de 35 portos<sup>2</sup> pelo país, com uma greve que durou uma semana.

Em meio a esse turbilhão havia também as denúncias de corrupção contra o Presidente Fernando Collor de Melo e, o movimento sindical em sua maioria se dedicou as manifestações de rua a favor do *impeachment* que o congresso votou positivamente e

---

<sup>2</sup> Os sindicatos conseguiram paralisar mais de quarenta mil trabalhadores em 35 portos do Brasil, voltando as atividades depois de uma semana. Ver em: **SANTANA**, Marco Aurélio. O Sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorganização. In: Cadernos Adenauer. Ano III, nº 2, 2002, p. 39.

o presidente foi afastado, em seu lugar assumiu o vice Itamar Franco e, em seu quadro o novo ministro da Economia e futuro Presidente, Fernando Henrique Cardoso, ao qual governou o país por dois mandatos (1994-1998 / 1998-2002), e tinha como centralidade o Plano Real, com objetivo, a redução da inflação. Muitas mudanças ocorreram e para alguns estudiosos deste período, “tais medidas concorreram para a precarização das relações de trabalho, para a desindustrialização e para a acentuação da vulnerabilidade econômica do país” (HIDAKA 2013, p. 210).

No que diz respeito ao conjunto dos trabalhadores em educação, esta década trouxe novos desafios. O Brasil inseriu-se em uma nova ordem social, e neste contexto era preciso pensar novas formas de atuação. As concepções tradicionais em torno do magistério se enfraqueciam e a compreensão de que os professores integram o mundo do trabalho formal, jurídica e politicamente, foram incrementadas no debate público.

Esta época abarcou inúmeras orientações de como se fazer política, dentre elas, a da manutenção das relações internacionais, produzidas pelo Consenso de Washington, como um conjunto de medidas pensadas por economistas de instituições financeiras, como o Tesouro dos Estados Unidos, Fundo Monetário Internacional etc. que tinha como objetivo promover ajustamento econômico centrado nos cortes de gastos sociais para os países que passavam por dificuldades.

Dentre tais medidas podemos elencar: redução de gastos fiscais, juros de mercado, abertura comercial, privatização das estatais e desregulamentação de leis trabalhistas, dentre outras. O capital estrangeiro entrou no país, e veio para a periferia em geral, e a intencionalidade era, “usufruir do baixo custo da mão-de-obra e da inexistência de legislação de proteção ambiental” (BOITO JR.,1996, p.95).

Desta maneira, não se incorporou as massas e sim houve uma preocupação e preservação das elites, firmando o conservadorismo já existente e isto significou para o sindicalismo e o mercado de trabalho:

A Conjunção abertura econômica/privatização/estabilização, tendo como pano de fundo, altas taxas de desemprego, não demorou muito para acertar seus duros golpes no sindicalismo nacional, principalmente aquele mais combativo, organizado na CUT. A abertura econômica, iniciada de forma abrupta, trouxe consigo o incremento do discurso da competitividade (agora em níveis internacionais) e precipitou a fechada economia brasileira e global (SANTANA, 2002, p. 41).

Este processo incrementou novas reestruturações de empresas que passaram a incorporar novos padrões produtivos, ao qual dificultava a atuação sindical e, muito se

deu com a precarização das relações de trabalho que atingiram todas as categorias de trabalhadores, inclusive o setor público e privado da educação brasileira. Nessa época Osasco também sofreu com cortes na educação. O entrevistado Marcus Müller, fez referência a Fundação Instituto Tecnológico de Osasco<sup>3</sup> (FITO), como umas das prejudicadas nesse processo que incorporou gastos na educação.

[...]e o que eu sei da FITO é que na época ou até próximo daquela época o que havia era a prefeitura destinar 2% de seu orçamento ou coisa parecida para a instituição, esse valor somado as mensalidades pagas pelos pais acabava somando um montante que permitia uma estrutura educacional muito boa, com laboratórios bastante avançados, tanto é que a FITO era extremamente respeitada no Brasil inteiro, pelo que eu sei na gestão de Rossi, não sei não tenho essas datas na cabeça, a Mazé deve ter isso, parou de bancar os 2%, financiada apenas com o dinheiro dos pais, aí, começou um arrocho salarial a FITO que era a melhor escola que pagava no município deixou de ser, e estava muito mal em relação as outras escola, [...] (MÜLLER, 2015).

A crise sindical que já vinha em curso desde a metade da década de 1980, ganhou força no final de 1989. Este ano também ficou conhecido pela derrota da classe trabalhadora devido à perda das eleições presidenciais de Luis Inácio Lula da Silva em 1989 e logo em seguida instaura-se a crise no setor educacional, gerando uma degradação de rebaixamento salarial, que motivou a demissão de inúmeros professores na metade do ano de 1990.

Na tese de Kênia Aparecida Miranda, “As Lutas dos Trabalhadores em educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT (2011)”, divulga os dados de que em 1990 houve grandes mobilizações no setor da educação pública e privada no Brasil, porém, não se obteve muitos acordos, o diálogo entre governos, representantes dos sindicatos patronais e da categoria de trabalhadores em educação estreitaram-se e, “em apenas seis meses, os governos, estadual e municipal registraram a saída de 3.000 professores” (MIRANDA, 2011, p. 108).

Exaustos da profissão e das condições mínimas para o trabalho, muitos professores das redes municipal e estadual exoneravam-se de seus cargos e desistiam da profissão. Miranda também destaca que, com esses acontecimentos cresceram as mobilizações em defesa da educação, eclodindo em junho de 1990, no Rio de Janeiro a “II Grande Marcha em Defesa da Educação”, movimento que contou com a participação de pais, alunos e trabalhadores da saúde, com o slogan, “arroz, feijão, saúde e

---

<sup>3</sup> Fundação Instituto Tecnológico de Osasco, reconhecida nacionalmente como patrimônio de Osasco desde 1969.



educação” os trabalhadores em educação reivindicavam melhores salários e a recuperação das escolas públicas brasileiras (idem, 2011, p. 109).

Tais consequências se deram devido a uma política governamental implementada no governo de Collor de Mello, que levaram os salários para baixo, em uma conjuntura recessiva, que atingiu os setores da indústria, comércio, serviços e dentre esses, a educação.

A obra “Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”, o autor enumera alguns dados sobre os anos de 1990, 1991 e 1992, em que o Brasil apresentou a diminuição da produção, o emprego e conseqüentemente a redução dos salários. Concluindo que a recessão de 1990-1992 contribuiu para a diminuição da atividade grevista e, que em 1990 um total de 12,4 milhões de trabalhadores tinham participado de greves em todo o país e, esse número cai para 8,8 milhões em 1991, diminuindo mais ainda em 1992, chegando ao índice de 2,9 milhões (BOITO JR.,1996, p. 90).

Mesmo que a atual conjuntura pedisse um recuo à ação sindical, ainda assim o sindicalismo dos trabalhadores em geral buscava alianças, era preciso resistir às políticas de arrocho salarial e a plataforma econômica do momento, assumindo assim, a intercessão dos direitos sociais que estavam ameaçados, a defesa do emprego, das empresas públicas e o enfrentamento pela valorização dos profissionais da educação e, simultaneamente a esses acontecimentos, Osasco e os trabalhadores em educação desta cidade se colocava na ordem do dia juntamente com o SINPROSASCO na batalha por direitos anteriormente citados.

#### **4. O SINPROSASCO**

A Associação Profissional dos Professores de Osasco nasceu em 1985 e em 13 de novembro de 1986 o Sindicato ganha sua Carta Sindical e a denominação de Sindicato dos Professores de Osasco, como sindicato representativo da Categoria Profissional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino. Integrante do 1º Grupo – do Plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura, na base territorial do Município de Osasco. A instituição tem o seu Registro de Entidade Sindical em 07 de março de 1990, para representar a base territorial de Osasco, Cotia, Carapicuíba e Barueri.

Em 20 de junho de 2001 a instituição tem o registro de alteração estatutária, do Sindicato dos Professores de Osasco e Região- SINPROSASCO, representante da

categoria Profissional dos Professores, Orientadores Educacionais, Supervisores de Ensino de Todos os Níveis Profissionalizante do SESI (Serviço Social Indústria), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SESC (Serviço Social do Comércio), abrangendo todos e qualquer docente empregado em empresa privada que desenvolva atividade de ensino em qualquer natureza, abrangendo em sua base territorial nos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia e Osasco.

Idealizado pelos professores, Marcos Müller, Divalte Garcia, Maria José Favarão (Mazé), Antônio Osmar Orlandini e Rubens Aparecido dos Santos, nos parecem especificar que, diferentemente, das entidades de professores que atuam na esfera pública, normalmente acolhendo as reivindicações e procurando representá-los com base no grau de ensino que exercem, no âmbito do sindicalismo docente privado os sinpros defendem os professores que atuam nos diferentes graus. A criação do Sinpro-Osasco teve uma influência direta dos processos organizativos associativistas e sindicais que, se operaram em torno da APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).

A professora Mazé assumiu o mandato de vereadora pela cidade de Osasco em 2001 e em 2006 foi nomeada Secretária de Educação nessa mesma cidade. No ano de fundação da Associação em 1985, atuava como professora no Instituto Tecnológico de Osasco (ITO), atualmente Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (FITO) e conciliava seu trabalho na instituição privada com o cargo de professora na Rede Estadual de Ensino e, Divalti Garcia lecionava no colégio Leonardo Da Vinci e na FITO.

Os professores Marcos Müller e Osmar Orlandini trabalhavam no colégio Nossa Senhora dos Remédios na cidade de Osasco e, por fim, o professor Rubens Aparecido dos Santos (Rubão), atuava como professor no colégio Abdala Lince nessa mesma cidade.

O atual presidente do Sinpro é o professor Onassis da Silva Xavier, que teve seu ingresso na instituição em 1992. Neste período o professor Onassis já trabalhava na rede SESI de ensino, atuando como professor desde março de 1991 e, desde a sua chegada ao SINPROSASCO tem feito parte das diretorias sequenciais do sindicato.

Os professores que entrevistamos tinham muita confiança, firmeza e clareza política, sobre a necessidade de naquele momento histórico criar e organizar uma instituição, que fosse capaz, não apenas no âmbito das questões corporativas e

específicas da rede privada de ensino osasquense, mas que também, os inserissem no processo de mudanças e reorganização da estrutura, política, sindical e educacional que estava em curso naqueles dias.

Em entrevista com Maria José Favarão (Mazé), a mesma comentou sobre este momento de decisão de se fundar o Sindicato de Osasco (SINPRO).

Então, vamos dizer assim os fundadores, os primórdios, eu, o Marcos Muller, o Rubão, o Orlandini e também o Divalti, embora o Divalti que se colocou uma missão que era construir o sindicato, depois disso ele falou: “agora é com vocês”, mas sempre esteve junto. Nós viemos de movimentos outros, em fim da luta contra a ditadura, da década de 70 de uma forma ou de outra, nós havíamos participado, um mais na igreja, outro na universidade tá, no movimento estudantil, [...] (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. V).

Também falou, que um dos principais anseios de se fundar um sindicato era a busca pela legalização dos direitos trabalhistas.

A grande bandeira é: se você tem um trabalho sistemático, frequente, que é o trabalho fim, que é o trabalho fim na educação, a atividade fim, você tem que ter o registro, tem que estar registrado na carteira de trabalho e, a Previdência Social, você tem que ter o registro. Então o que me motivou foi o reconhecimento da carteira, através do seu registro, não apenas a mim, mas, a todos os companheiros da época. (FAVARÃO, 2016 ANEXOS A, p. II).

Com uma instituição que representasse a categoria de professores tornariam-se mais fortes para lutar contra os abusos e a escassez de fiscalização, no que diz respeito, aos registros e direitos trabalhistas, muitas vezes negligenciados pelo empregador.

Nesse instante da história da instituição, a mesma enfrentava uma importante luta, que tinha como objetivo questionar os mantenedores do Instituto Tecnológico de Osasco (ITO), esta instituição de ensino não estava efetivando os depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) dos professores.

[...] a FITO sem sombra de dúvida sempre foi uma dificuldade que nós enfrentamos, passadas aí várias administrações aí de vários prefeitos, vários gestores, a instituição com a questão do fundo de garantia continua com um grande problema, o respeito à convenção nem sempre se dá com deveria, em fim eu acho que isso continua sendo um problema e já perdemos várias batalhas, mas não perdemos a guerra. [...]. (MÜLLER, ANEXO B, 2015, p. LXXI, LXXII).

O professor Marcos Müller quando lembrou das lutas mais difíceis que a entidade já enfrentou citou este momento como um de grande dificuldade, que era a falta de respeito dos patrões à convenção coletiva e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Dentre as formas organizativas o Sinpro estava presente, em assembleias, congressos e convenções coletivas, esta última acontece a cada dois anos com participação dos profissionais de educação infantil, ensino fundamental e médio, curso técnico, superior, profissionalizante e pré-vestibular e, abrange a categoria econômica dos estabelecimentos particulares de ensino superior no Estado de São Paulo e a categoria profissional designada como professor com fins de reivindicar as principais questões trabalhistas, como salário e plano de carreira.

As entidades participantes dos congressos, assembleias e convenções conforme os registros que obtivemos são os, Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), Federação dos Professores do Estado de São Paulo (FEPESP), Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Básico de Osasco e Região (SINEPE Osasco), Federação dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (FEEESP).

Um dos temas que ganha grande destaque no âmbito do Direito Coletivo do Trabalho brasileiro é a adequação de nosso ordenamento à convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), responsável por dispor a respeito da liberdade sindical, data de 9 de julho de 1948<sup>4</sup>. O documento aborda dentre outras questões, uma nova ordem global que pede a transparência, democracia e equilíbrio nas relações econômicas e profissionais, com novas demandas de diálogo social, com flexibilização na dinâmica das relações de trabalho.

Embora o Brasil tenha participado da Sessão da Conferência Geral dos Membros da OIT de 1948 e se posicionado favoravelmente à aprovação da Convenção nº 87, o Poder Executivo brasileiro não a ratificou<sup>5</sup> durante o trâmite do Projeto do

---

<sup>4</sup> Convention Concerning Freedom of Association and Protection of the Right to Organise (No. 87), July 9, 1948, 68 UNTS 17. Convenção n.º 87. (Convenção Sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito Sindical). Texto em português disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/liberdade-sindical-e-proteção-ao-direito-de-sindicalização>>.

<sup>5</sup> A Convenção nº 87 da OIT, todavia, ainda não foi ratificada e promulgada pelo Brasil. E os principais entraves para a sua ratificação são: a) a manutenção do sistema confederativo com os sindicatos, federações e confederações e sua organização por categorias; b) a contribuição sindical obrigatória; c) e a unicidade sindical com a autodeterminação das bases territoriais, e vedação da criação de mais de uma associação sindical, em qualquer nível, representativa de certa categoria em uma mesma base territorial.

Decreto Legislativo 58/84. Sob essa questão o ensaio dos professores, os professores Maristela Basso e Fabrício Polido elencam alguns motivos que podem justificar a negativa do Brasil em dar andamento à ratificação, são eles: incompatibilidade entre a proposta de liberdade sindical feita pela Convenção nº 87 da OIT e os regimes constitucionais previstos nas Cartas de 1946 e 1967<sup>6</sup>; incompatibilidade entre a Convenção nº 87 e a cobrança da Contribuição Sindical Compulsória confirmada pela Carta de 1967; A possibilidade de que a ratificação gerasse mudanças radicais e inoportunas ao nosso ordenamento legal naquele momento histórico. (BASSO & POLIDO, 2012)

Assim, como a Convenção de nº 98, a Convenção 87 da OIT buscava assegurar a efetividade dos postulados de liberdade de associação sindical e do direito à sindicalização, o que em uma análise simplificada, significa a viabilização de tentar garantir aos trabalhadores a possibilidade de constituir ou formar suas próprias agremiações sindicais, em consonância com seus interesses e seus juízos de conveniência e oportunidade.

No Brasil, as negociações coletivas de trabalho são feitas entre os empregadores; individualmente ou por meio de seus sindicatos; e trabalhadores sob a representação sindical, salvo algumas exceções. Assim sendo, torna-se claro que as associações e agremiações sindicais são essenciais não apenas na esfera das dinâmicas negociais, mas também, são instrumentos utilizados pelo Estado na regulação de seus agentes.

Sobre as convenções coletivas, o professor Marcos Müller lembrou da primeira assinada pela instituição e, também por outras entidades sindicais.

Então já em 87 a gente passou a negociar e as negociações em nossa base ela se dá em nível estadual, então, era o Sinpro São Paulo, o Sinpro ABC, o Sinpro-Osasco, Sinpro-Campinas, Sinpro-Santos, a FETEE, e logo nós, organizamos uma outra federação chamada

---

<sup>6</sup>De forma sintetizada, em se tratando de liberdade sindical, não houve alterações com as Constituições de 1946 e 1967. A respeito da influência da fase intervencionista do direito sindical brasileiro, fortemente presente na consolidação das Leis do Trabalho de 1943, entre as quais o sistema único de sindicato que veda a existência na mesma base territorial de mais de um sindicato da mesma categoria. Outra figura herdada é a contribuição sindical compulsória sobre os salários de todos os membros da categoria, associado ou não. Ver: NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito do Trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 26. ed. – São Paulo: Saraiva, 2011. p. 1273.

FEPESP que você vai ouvir falar bastante, que era, já que a FETEE fazia o jogo patronal, e a gente queria uma outra federação que era possível, já que a FETEE lidava muito com trabalhadores em estabelecimentos de ensino e nós não podíamos representar os trabalhadores em estabelecimentos de ensino, só os professores, já os inspetores, secretários, todos esses continuavam sendo representados pela FETEE, então daquilo que eu tenho lembrança, primeira convenção que nós assinamos juntamente com outros sindicatos foi em 87, e o sindicato patronal representado pelo SIEESP na época presidido pelo Camargo, José Aurélio de Camargo (MÜLLER, ANEXO B, 2015, p. LXVI).

Desde a associação, o sindicato já nasceu com a pretensão de representatividade regional e, preza como característica desde a sua gênese a participação dos movimentos sociais e políticos partidários.

Mazé, fundadora e primeira presidente do Sinpro-Osasco falou sobre algumas participações do sindicato.

Sim! Ele nasceu com a representação regional, ele nasceu. E participávamos e também da CUT, então os congressos da CUT todos eles nós participamos, fazíamos as assembleias, as assembleias não eram concorridas, não eram, mas sempre atendíamos ao mínimo exigido para poder eleger o delegado, tínhamos direito a um delegado, dois, três, tal, tínhamos, nunca compusemos a direção, nunca compusemos a direção da Central e a época logo no começo não havia ainda sub sede da Central como hoje há em Osasco, então nós também disputamos estar na sub sede, nós sempre tivemos. O Sinpro com certeza no período em que eu era mais ativa sempre esteve envolvido nos movimentos políticos e sindicais mais amplos, partidários aí cada um tinha o seu partido, embora a retomada de tudo isso passasse muito perto do Partido dos Trabalhadores, muito perto (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016. p. XI).

Favarão nos contou, que já neste período de criação do SINPROSASCO existia a preocupação de consolidar uma instituição com ações participativas em congressos e assembleias, que mesmo não sendo de organização da instituição procuravam representar a entidade com a participação em massa de seus representantes e que, procuravam com a atuação dos dirigentes sindicais elaborarem estratégias, ações, para dialogar com a categoria,

Na época que eu estava lá tinha o *Cafezinho Sindical*, que era assim, saía especial se não saía a cada mês e meio, dois, atualizando, informando, entramos no processo dos convênios, eramos o que tínhamos o sistema não permite muito mais que isso, então era avisos informativos sempre, fazíamos atividades né, as assembleias para eleger os delegados para a CUT, CUT Nacional, CUT Estadual, para

tirar pauta de reivindicação, fazíamos algumas atividades vamos chamar assim, de confraternização, como eu sei que faz até hoje, que eu vou a quase todas, a festa do dia dos professores, fazemos um jantar, alguma coisa, mais a época eram essas, visitas as escolas, eu ia muito à escola, adorava ir à escola (FAVARÃO, ANEXOS A, 2016, p. XIII).

O SINPROSASCO procurava diversificadas formas de lutas e, atuação política sindical, dentre elas destacavam-se os congressos educacionais, as convenções e acordos coletivos, com o compromisso de defesa intransigente da categoria e a luta por uma educação de qualidade.

Constituindo-se como um movimento importante na conquista de benefícios e garantias trabalhistas para seus representados, o Sindicato dos Professores de Osasco, vislumbrava com o seu fazer político e sindical, trazer alguma influência nas políticas educacionais adotadas pelos governantes e mantenedores das instituições privadas e confessionais de ensino, desde a educação básica ao ensino superior.

O professor Marcos Müller, disse que, umas das grandes conquistas do sindicato foi fazer a categoria docente reconhecer o sindicato como entidade representativa da categoria de professores e, como uma instituição que ia à luta pelos direitos dos trabalhadores em educação de Osasco e Região.

Uma entidade que vai à luta, que organiza a categoria e defende a base e, todo sindicato pequeno se você pegar numericamente, toda vez que tinha discussão política, seja na Federação ou na Confederação Nacional, a FETEE, nós estávamos presentes, sempre ouvidos e fazendo valer, cabe mesmo que não seja algo fundamental, mas muitas vezes sempre reservavam um espaço para nós, nós tínhamos uma importância, não numérica, mas, política, isso era importante (MÜLLER, ANEXO B, 2015, p. LXXI).

Além do enfrentamento político, o Sindicato também tinha a disposição de se envolver nas lutas mais gerais, participando da fundação da CUT, apoiando na greve dos metalúrgicos, exercendo a solidariedade uma parceria sem competição de hierarquia, tradicionalmente instituídos no mundo do trabalho. “O Sinpro era um sindicato internacional, tinha essa disposição, sempre se posicionou por lutas de todos os agrupamentos que estavam passando por enfrentamento [...]” (SANTOS, ANEXOS A, 2016, p.XLII).

## **5. A GREVE DE 1991**

Na presente seção, procuramos trazer algumas questões que possibilitaram a categoria de professores a unirem-se em defesa pelas lutas mais gerais, entre anos de 1991 e 1992, no o setor da educação privada do Estado de São Paulo. No que se refere ao Sindicato dos Professores de Osasco e Região (SINPROSASCO), os anos mais lembrados por aqueles que participaram da fundação da entidade são os de 1990, principalmente os dois primeiros, que são recordados como anos de lutas em defesa dos direitos de todos os trabalhadores em educação, da cidade de Osasco e também da grande São Paulo.

Os entrevistados quando lembraram dos momentos de paralisação e de greve em que a entidade esteve presente juntamente com outros sindicatos da categoria do ensino privado, rememoram basicamente o mesmo período, que foi uma paralisação de mais de 150 escolas e faculdades de ensino privado do estado de São Paulo, em março de 1991, deflagrando uma greve em abril desse mesmo ano.

Eu me lembro de uma outra greve que nós fizemos, se eu não estou equivocada isso já era em 92, uma greve de professores aqui pela campanha salarial e nós já estávamos na Federação, já desenvolvíamos campanhas estaduais, como outro sindicato, sindicato da baixada, sindicato do ABC, São Paulo. É que nós íamos panfletar nas escolas privadas e nós panfletávamos na entrada, porque não podíamos entrar e quando chegava dentro da unidade o dono da escola estava na porta para falar bom dia, boa tarde, dependendo do horário e os professores jogavam fora o material. (FAVARÃO, 2016).

O professor Onassis da Silva Xavier, também nos contou um pouco mais sobre a atuação do Sinpro e suas reivindicações, que para o sindicato e a categoria de professores era uma luta constante e, dentre as quais, uma de suas principais objeções era,

Uma data base para os professores em nível nacional isso é um sonho, se nós pudéssemos dizer, o Brasil inteiro a data base dos professores da escola particular é primeiro de março, seria uma coisa assim, extremamente importante, porque você ia tentar movimentos em que o Brasil se movimentasse, isso não acontece (XAVIER, 2016).

A amplitude dessas reivindicações, estavam para além dos reajustes salariais, que não acompanhavam o curso econômico, lutavam também pela evolução da carreira do magistério e benefícios para todos os trabalhadores em educação da capital paulista.

Rubens Aparecido dos Santos, ex dirigente do Sinpro nos falou sobre algumas dessas reivindicações, dentre elas, estava à extensão dos benefícios a todos os trabalhadores do ensino privado em todo o estado paulista.



No caso do ensino privado era você estender benefícios que São Paulo já tinha, por exemplo, todas as escolas de São Paulo ofereciam aos professores que seus filhos pudessem ser bolsistas, nas outras cidades isso não era permitido, então mesmo que você trabalhasse, por exemplo, no Anglo de São Paulo, em Osasco você não tinha (SANTOS, 2016).

O SINPROSASCO nos anos de 1990 a 1992, as lutas mais frequentes estavam para a reposição salarial devido às altas taxas de inflação e, a extensão de benefícios a todos da categoria do ensino privado na capital paulista. O professor Marcos Müller lembrou como eram duras as negociações e, nos contou sobre as convenções mais difíceis de serem consolidadas, na luta pelo reajuste salarial dos trabalhadores em educação representados pelo sindicato.

Então, eu acompanhei bem o processo em 89 e 90 porque fui eu, representante do Sinpro, mas, todas elas esbarravam na questão da reposição salarial por conta das altas inflações e de um ganho real, não posso te dizer quais foram as mais difíceis, mais teve dois anos seguidos, se eu não me engano 90, 91, não vou confirmar porque não me lembro bem, mas lembro que em uma delas eu estava em negociação, uma os reivindicados do Dieese, que é a classe trabalhadora, se baseia né, porque é o Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos, bancados pelos sindicatos, então seria ilógico não usar o índice do Dieese, e os patrões não aceitaram e foi para dissídio, e a justiça concedeu o índice do Dieese, foi uma baita vitória porque eles negaram e a justiça concedeu, mas depende muito do grupo de juízes que cai o processo, tem grupo de juiz que não concede nada, bem patronal mesmo, e tem juízes mais progressistas, então nós negociamos, e no ano seguinte era o medo do Color entrar né em 90, o Color tinha sido eleito em 89 e lançar o pacote econômico, queria lançar a data base 1º de março certo, conclusão, o patronal assinou logo e assinou com o índice do Dieese, então, foi dois anos seguidos que o índice do Dieese ficou na nossa convenção produtiva, uma por conta do juiz e outra por conta do medo patronal de um pacote econômico que impedisse o reajuste, porque é, o patrão faz assim, dá o reajuste e repassa a mensalidade, então se eles dão um reajuste e não tem tempo de repassar a mensalidade eles entram pelo cano, então eles queriam antecipar por conta do pacote econômico que viria e veio (MÜLLER, 2015).

Mesmo com as dificuldades que a conjuntura apresentava o Sindicato dos professores de Osasco e Região, buscava ações para conseguir o aumento que a categoria almejava. De acordo com os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a categoria reivindicava as perdas salariais desde março de 1990, sendo que, os professores de escolas de 1º e 2º grau e faculdades particulares de São Paulo, Campinas, Santos, Osasco, São José do Rio Preto e ABC tinham acionado uma paralisação com 20% de adesão em 26 de março de 1991.

Depois da paralisação, a greve foi decidida em assembleia com a participação de mais de 2 mil professores. Nesse mesmo período na capital paulista existiam mais de 30 mil professores distribuídos em 2.600 escolas e, atendia 800 mil alunos. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o índice que os trabalhadores reivindicavam era uma reposição de 837%, descontados as antecipações. A média de reajustes, já feitos os descontos eram de 140% (Folha S. Paulo, p. 4, 10 abr. 1991).

Durante esta greve, os professores do Sinpro alegavam que os donos das instituições escolares romperam negociações e, que as escolas aguardavam na justiça a decisão da data base da categoria. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), José Aurélio de Camargo declarou:

O movimento não é “contra as escolas, mas contra a política econômica”. O Sieeesp quer orientar as escolas para reajustar os professores se o TRT definir que essa é a data legal para negociação. O Sindicato das Entidades Mantenedoras de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp) diz que só tomará posição quando o governo encaminhar ao congresso projeto de lei regulamentando as negociações coletivas (Folha S. Paulo, p.4, 10 abr.1991).

Para as negociações o Sieeesp queria que o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), homologasse o possível acordo com os professores, pois era a única forma legal do reajuste ser repassado as mensalidades. Os trabalhadores fizeram nova manifestação dia 11 de abril, em frente ao Pátio do Colégio São Bento, pois ali em frente no mesmo dia, as 15 horas foi realizada pelo Sieeesp, assembleia para decisão das reivindicações. As solicitações da categoria não foram atendidas e os professores reuniram-se novamente e decidiram que continuariam com a paralisação (Folha S. Paulo, p.4, 11 abr.1991).

A greve deflagrada dia 10 de abril continuou por mais de uma semana. Segundo o Sindicato dos Professores – Sinpro, das 150 escolas que haviam paralisado, nesse mesmo dia, 100 escolas ainda continuavam de greve, porém, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), dizia que considerava a paralisação “inexpressiva” (Folha S. Paulo, 16 abr. 1991).

Com a demora da justiça em estabelecer o reajuste, que deveria ser passado aos trabalhadores, dirigentes escolares e professores fizeram acordos com os donos dos estabelecimentos escolares, era uma forma de voltarem as atividades até que fosse decidido o percentual de aumento pelas leis trabalhistas, como explica o recorte abaixo.

A legislação só admite aumento das mensalidades agora pelo repasse de 70% do reajuste salarial dos docentes. A data-base dos professores foi março, mas o Tribunal Regional do Trabalho ainda não julgou o

dissídio. Muitas escolas estão negociando aumento salarial direto com os seus docentes, algumas chegando a 151%, o que autoriza repasse de 105% à mensalidade. Reajuste salarial e repasse são retroativos a março (Folha S. Paulo, p.4,15 mai.1991).

Neste momento estava em trâmite no Tribunal de Justiça de São Paulo, uma liminar determinando, ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), a orientar as escolas, a não reajustarem as mensalidades em 26,46%. Essa liminar foi suspensa em 14 de maio de 1991 pelo 4º vice-presidente do TJ de São Paulo, Renato Torres de Carvalho Filho. Haja vista, as escolas poderiam cobrar o reajuste de 26,46% até que a ação do Ministério Público do Estado contra o Sieeesp fosse julgada. Segundo Carvalho Filho, o dano que a liminar causaria às escolas, se a ação fosse julgada favoravelmente a elas, “seria irreparável”, enquanto que para os alunos, “prejuízo algum haveria” (Folha S. Paulo, p.4,15 mai.1991).

O ministério Público defendia que o reajuste das mensalidades proposto pelo Sieeesp era ilegal, e que o sindicato não deveria indicar um reajuste apoiado em contratos assinados pelos pais de alunos durante as matrículas, que, esses contratos fixavam alinhamento monetário, diferentes de encargos educacionais, e se o reajuste de 26,46% fosse favorável ao Ministério Público, as escolas que cobraram esse valor antes da decisão judicial deveriam devolver os valores pagos a mais. O promotor do Ministério, Marco Antônio Zanellato, salienta que, “a ação deveria ser julgada em quatro meses” (Folha S. Paulo, p.4, 15 mai.1991).

Ainda no dia 14 de maio, 1.500 escolas participaram de uma assembleia realizada pela Sieeesp e, segundo o seu presidente, foi decidido na mesma que, as escolas dariam 48 horas para que os pais regularizassem suas mensalidades, sem cobrança de multa, então o presidente da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos, orientava que os pais se organizassem por escola para entrar com ação na justiça, pedido pagamento em juízo, até que a mesma definisse a legalidade do reajuste. “Apenas as escolas que negociarem o reajuste salarial diretamente com professores através do Sindicato dos Professores (Sinpro) poderão fazer o repasse de 70% às mensalidades, segundo a diretoria do Sinpro” (Folha S. Paulo, p. 4, 15 mai.1991).

## 6. O REAJUSTE SALARIAL

Depois dessas tomadas de decisões<sup>7</sup>, que envolviam os sindicatos do ensino da Capital Paulista: São Paulo, Santos, Jundiaí, ABC, Campinas, São José do Rio Preto e Osasco, foi decidido no dia 07 de agosto pelo Tribunal Regional do Trabalho de Campinas um aumento de 70% para os professores. Em São Paulo foi aprovado para a mesma categoria no mês de junho um aumento de 4%. O Sieceesp informou no dia seguinte que iria recorrer desta decisão. O presidente do Sieceesp, José Aurélio de Camargo disse que, a certidão ainda não tinha sido emitida e afirmou, “enquanto o Sieceesp não recebesse a certidão, os salários não serão reajustados nem as mensalidades” (Folha S. Paulo, p.2, 8 agost.1991).

O Sindicato dos Professores de Campinas (Sinpro), dizia que as escolas teriam condições de reajustar os salários dos trabalhadores em 70%, sem que houvesse o repasse integral nas mensalidades, este reajuste era retroativo a março do ano de 1990, assim as mensalidades teriam essa correção, porém seria necessário, uma folha de pagamento adicional que corresponderia a três mensalidades e meia reajustadas. (Folha S. Paulo, p.2, 8 agot.1991).

A decisão do aumento para os trabalhadores em educação de Campinas foi tomada com base nos acordos feitos com os professores da Pontifica Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMP), do Colégio Pio 12 e Colégio Rio Branco, que tiveram aumento de 70%. Na época o Sieceesp não apresentou nenhuma contraproposta, os professores e o sindicato patronal tiveram duas audiências de conciliação no TRT, mas, não houve acordo entre as partes. O Sinpro defendia, que os reajustes das mensalidades já haviam sido feitos no início do ano, sem repasse equivalente nos salários e, o presidente dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, dizia que desde fevereiro os reajustes eram feitos mensalmente, chegando a uma porcentagem de 65,94%, e os sindicatos dos professores por meio de seus representantes proferem em defesa dos direitos da categoria com a seguinte proposição:

Colocar pais contra professores parece ser o objetivo o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo”, disse Débora Carvalho, da diretoria da Associação Intermunicipal de Pais de Alunos das Escolas Particulares. Rubens Gabriel Abdal, 45, vice-presidente

---

<sup>7</sup> Em abril de 1991 a categoria de professores do ensino privado do Estado de São Paulo entrou em greve, reivindicando perdas salariais desde março do ano de 1990, uma reposição que chegava a 837, 31%. Depois de 4 meses de negociações indefinidas, professores e mantenedores de estabelecimentos de ensino fazem acordos até que a justiça determinasse o percentual do ajuste salarial.

do Sinpro de Campinas, disse que o Sieceesp, quer confundir a sociedade. Abdal considera a situação do atual presidente do Sieceesp, José Aurélio de Camargo, “um jogo político”. Hoje acontecem as eleições do Sieceesp e Camargo é o candidato único. Segundo Débora, a Associação tem procurado acatar sempre a decisão da justiça e o que está em discussão não é o reajuste de 70% aos professores, mas a forma com que as escolas vão conduzir o repasse nas mensalidades. Débora disse que participam da Associação professores que também são pais de alunos e que também reclamam da diferença entre os reajustes concedidos nas mensalidades e nos salários. Muitas escolas mantêm livre negociação com os pais e já concederam alguns reajustes nas mensalidades, provenientes de repasses dos salários dos professores, disse Débora. Em Campinas, e nas dez cidades atingidas pela decisão do TRT, existem 120 mil alunos matriculados em mais de mil escolas particulares (Folha S. Paulo, p.2, 8 agost.1991).

Estes são, os acontecimentos sobre a greve do ensino privado em diferentes regiões do Estado de São Paulo que conseguimos resgatar no ano de 1991. Esses momentos ficaram marcados na memória daqueles que fundaram o SINPROSASCO como uma luta coletiva dos trabalhadores em educação.

É importante ressaltar, que durante este ano, aconteceram muitas greves no Estado de São Paulo e também no Brasil. Greve no setor público da educação, estadual, federal e municipal, greve dos bancários, greve dos metalúrgicos, greves nas universidades federais e estaduais, greve dos metroviários, greve no setor da saúde etc. Foi um ano de reivindicações por direitos trabalhistas, mesmo que os números mostrem uma significativa diminuição nesses movimentos, ainda assim, foi um ano muito significativo nas conquistas pelos direitos dos trabalhadores em educação, no que se refere ao ensino privado paulista.

Segundo Noronha, o ano de 1991 se equiparou ao ano de 1989, sendo que, no setor privado a média grevista ainda foi maior que a década anterior. “ Enfim, 1990 e 1991 têm alto índice de jornadas não trabalhadas (devido à longa duração das greves), mas índices declinantes de grevistas (no segundo semestre) e de greves” (NORONHA, 2009, p. 135).

O autor atribuiu esse acontecimento ao início do fim do ciclo de transição democrática. Em 1992 houve uma queda expressiva. A redução das greves coincide com o período das denúncias feitas ao governo Collor de Mello, inicialmente em maio até o impeachment em setembro, terminando com a posse do vice Itamar Franco. E o mesmo conclui. “Diante da instabilidade político-institucional, as lideranças sindicais adotaram a mesma atitude cautelosa que haviam adotado nos momentos de instabilidade política, reduzindo as paralisações” (idem, 2009, p. 135).

De certo, as variáveis políticas, mesmo que conjunturais, tiveram impactos consideráveis e expressivos no volume de greves, que perdurou pelo período de transição e de consolidação da democracia brasileira.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O movimento sindical docente se expressa e evolui significativamente a partir de 1980 redefinindo sua identidade coletiva, fato que podemos identificar analisando as formas de organização e de luta que tem sido engendrado pelos que vivem do trabalho no mundo educacional.

Eder Sader pode nos ajudar a redefinir a identidade dos trabalhadores em educação enquanto interagem e operaram as suas reflexões na construção histórica de suas experiências coletivas quando argumenta que “uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultados de suas interações em processos de reconhecimento recíprocos” (SADER, 1988, p. 55). Dessa forma, compreendem-se os conflitos e os processos de transformações e a maneira em que os acontecimentos passam a constituir experiências sociais significativas e se estabelecem em fatores determinantes para analisarmos os processos de modificações que estão em curso na sociedade. E nesse período, que também começavam a despontar tendências econômicas, políticas e ideológicas que se voltavam para a produtividade e para uma nova organização emergida pela urgência do capital ávido em renovar os valores do liberalismo e exercer sua hegemonia de classe.

As entidades representativas dos que vivem próprio trabalho, tanto na esfera pública quanto privada não poderiam ficar desatentas às consequências da nova ordem econômica social que se colocava em marcha a partir da década 1980, seriam tempos conservadores e que haveria impor ao sindicalismo docente formas de atuação renovadas e massivas. Evidentemente, o SINPROSASCO, como organismo vivo e representativo da categoria, não poderia ficar alheio a esses processos, então, procurando povoá-los de consciência política e de direitos laborais, se revigorando socialmente e árdua e permanentemente buscando melhorias para o exercício da profissão docente dos seus representados.

Com esta pesquisa, entre outras coisas, objetivamos trazer à tona alguns aspectos da história social e política do sindicato privado dos professores de Osasco, reconstruindo a memória desta entidade mostrando a luta dos trabalhadores em

educação do ensino privado, com suas formas organizativas e de luta em prol de conquistas para a categoria de trasladadores em educação de tal modo, que os nossos esforços pioneiros viessem contribuir com novos pesquisadores interessados na presença desta entidade no universo acadêmico educacional, oferecendo-lhes informações e interpretações que auxiliem e sirvam de alicerces para o desenvolvimento de futuros estudos analíticos, não apenas da entidade, mas como suporte e incentivo de novas pesquisas sobre o associativismo e sindicalismo dos trabalhadores do ensino particular.

## **7. REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Danusa Mendes, FERREIRA JR. Amarilio. “As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? In: Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil – Volume 2 / Jundiá- Paco Editorial: 2015- 422 p.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? – “Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho”. Campinas (SP), 8ª edição, Cortez e Editora da Unicamp, 2002 - 116 p.

\_\_\_\_\_. “Uma breve radiografia das lutas sindicais no Brasil recente e alguns de seus principais desafios”. In: INÁCIO, J.R. (Org.). Sindicalismo no Brasil: os primeiros 100 anos? Belo Horizonte: Crisálida, 2007 - 365 p.

BOITO JR. Armando. “Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. Crítica Marxista”. São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996 - 80-105p.

DAL ROSSO, Sadi. “Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação” (In) Associativismo e Sindicalismo em Educação - Organizações e lutas / Brasília: Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 1 - Paralelo 15, 2011. 17-27 p.

DECRETO nº 19.433 – “Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930”. Diário Oficial da União - Seção 1 - 2/12/1930, Página 21604 (Publicação Original)

FAVARÃO, Maria José. Entrevista com a primeira presidente e fundadora do SINPROSASCO. Entrevistadora: Maria Crisneilândia B. de Oliveira. São Paulo (SP), 26/01/2016. 1 hora e 10 mim. Gravador mp3.

HIDAKA, Renato Kenedy. “Sindicalismo docente e reforma neoliberal no estado de São Paulo”. In: Associativismo e Sindicalismo em Educação: Teoria, história e movimentos. Biblioteca “Sindicalismo em Educação” volume 2 - Paralelo 15, 2013 - 207-224 p.

MIRANDA, Kênia Aparecida. “As Lutas dos Trabalhadores da Educação: do novo sindicalismo a ruptura com a CUT”. Tese (Doutorado em História Social) Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011- 366 p.

MÜLLER, Marcos. Entrevista com o ex dirigente do SINPROSASCO. Entrevista do acervo SINPROSASCO, realizada em São Paulo. (SP), 22/05/2015. 35 mim. Gravador mp3.

NORONHA, Eduardo G. “Ciclo de Greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007”. In: IUPERJ, São Paulo 76: 119-168 - 2009.

SADER, Eder. “Quando novos personagens entram e cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)”. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1988 - 329 p.

SANTANA, Marco Aurélio. “O Sindicalismo brasileiro nos anos 1980/2000: do ressurgimento à reorganização”. In: Cadernos Adenauer. Ano III, nº 2, 2002 - 120 p.

SANTOS, Rubens Aparecido dos. Entrevista com ex dirigente e fundador do SINPROSASCO. Entrevistadora: Maria Crisneilândia Bandeira de Oliveira. São Paulo (SP), 06/02/2016. 1 hora 15 mim. Gravador mp3.

XAVIER, Onassis da Silva. Entrevista com o atual presidente do SINPROSASCO. Entrevistadora: Maria Crisneilândia B. de Oliveira. São Paulo (SP), 27/01/2016. 50 mim. Gravador mp3.

### **JORNAIS UTILIZADOS (ACERVO DIGITAL DA FOLHA DE SÃO PAULO)**

DA REPORTAGEM LOCAL. “Professores da Rede Particular Tentam Greve”. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 4, 10 abr. 1991.

DA REPOSRTAGEM LOCAL. Greve Para Principais Escolas de São Paulo. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 4, 11 abr. 1991.

DA REPORTAGEM LOCAL. “Diminui adesão à paralização de docentes nas escolas particulares”. Folha de São Paulo, São Paulo, 16 abr. 1991.

DA REPORTAGEM LOCAL. “Justiça suspende liminar contra reajuste de 26%”. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 4, 15 mai.1991.

TORQUATO, Dominique. “Escolas vão recorrer de reajuste de 70% dado aos professores”. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 2, 8 agost.1991.